

## OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO OU A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS? DISCUTINDO CONCEITOS, CONCEPÇÕES E LUGARES NA HISTÓRIA

Por Edson Silva\*

**Resumo:** Em fins do século XIX, a partir de uma reflexão tida como científica, baseada nas ideias de “evolução” e “progresso” para pensar a história da humanidade, os grupos humanos foram classificados em três categorias: selvagens, bárbaros e civilizados. Eram classificações para explicar o “desenvolvimento” ou o “progresso” dos povos. Segundo essa concepção, uma civilização detinha conhecimentos, organização e inovações tecnológicas o que lhe diferenciava dos estágios da selvageria e barbárie. Essas ideias fundamentadas no evolucionismo eram profundamente etnocêntricas, uma vez que julgava outros povos a partir de valores de alguns poucos considerados superiores, influenciaram o pensamento sobre os povos não europeus: indígenas, africanos e asiáticos que passaram a ser vistos como primitivos, atrasados e inferiores. No Brasil com o livro *Os índios e a civilização* o antropólogo Darcy Ribeiro expressou essas concepções e influenciou decisivamente o pensamento de pesquisadores, estudantes e o senso comum das pessoas sobre a história, as expressões socioculturais, o destino e o futuro dos índios no país.

**Palavras-chaves:** índios; evolução; civilização; progresso; questionamentos.

**Abstract:** In the late nineteenth century, from a reflection regarded as scientific, based on the ideas of "evolution" and "progress" to think the history of mankind, human groups classified into three categories: wild, barbarous and civilized. Ratings were to explain the "development" or "progress" of the people. A civilization had knowledge, organization and technological innovations which distinguished him from the stages of savagery and barbarism. These ideas were based on evolutionism deeply ethnocentric, once thought other people from values of a few considered superior, influenced the thinking of non-european peoples: indians, africans and asians who were seen as primitive, backward and inferior . In Brazil with the book *The indians and civilization* anthropologist Darcy Ribeiro expressed these views and decisively influenced the thinking of researchers, students and the common sense of the people about the history, socio-cultural expressions, the fate and the future of indians in the country.

**Keywords:** indians; evolution; civilization; progress; questions.

O renomado antropólogo Darcy Ribeiro foi autor de uma vastíssima obra, dentre seus livros o mais conhecido é *Os índios e a civilização*. A primeira edição desse livro com o subtítulo “a integração das populações indígenas no Brasil moderno”, foi publicada em 1970. No livro o autor fez uma retomada histórica sobre os processos de guerras, violências e invasões dos territórios indígenas em todas as regiões do nosso país. Em nota na Introdução dessa publicação, Ribeiro afirmou que o livro era resultado do relatório de pesquisas que realizara desde 1952, parcialmente publicadas em 1958 e com versões de alguns dos capítulos divulgadas em revistas nacionais e internacionais,

nos anos seguintes. Darcy Ribeiro foi funcionário do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, órgão do Estado cuja concepção e atuação se fundamentavam nas ideias do Positivismo, que pensava os índios como na infância da humanidade, como “primitivos” e fora da chamada civilização tecnológica.

As ideias de “evolução” e “progresso” para pensar a história da humanidade foram elaboradas enquanto um estudo científico no século XIX. Em 1870 o jurista norte-americano Lewis Morgan publicou o livro *A sociedade primitiva*, onde classificou os grupos humanos a partir de três categorias: selvagens, bárbaros e civilizados. Eram classificações para explicar o “desenvolvimento” ou o “progresso” dos povos. O que definiria uma civilização seria a existência do Estado, a família monogâmica e a propriedade (privada). Segundo essa concepção ainda, uma civilização detinha conhecimentos, organização e inovações tecnológicas o que lhe diferenciava dos estágios da selvageria e barbárie. Essas ideias baseadas no evolucionismo eram profundamente etnocêntricas, uma vez que julgavam outros povos a partir de valores alguns poucos considerados superiores, influenciaram o pensamento sobre os povos não europeus: indígenas, africanos e asiáticos que passaram a ser vistos como primitivos, atrasados e inferiores.

A ideia de “civilização” da louvada Ciência e do exaltado progresso humano da segunda metade do século XIX foi profundamente abalada e questionada na primeira metade do século XX, quando a humanidade vivenciou a “barbárie” da 1ª e 2ª guerras mundiais que destruiu povos, destruiu cidades, matando milhares de pessoas. A fundação da Organização das Nações Unidas/ONU, após a 2ª Guerra Mundial, em fins de 1945, foi uma resposta, um acordo entre os países de todos os continentes como forma de evitar novas guerras mundiais.

Compreende-se, portanto, porque a partir da Década de 1950 foi retomado o discurso do progresso do século XIX que fora interrompido pelas guerras mundiais. Apesar da chamada Guerra Fria que opunha Estados Unidos e União Soviética, o otimismo predominava com a conquista do espaço e a chegada a Lua. No Brasil tal discurso foi expresso, por exemplo, com a construção de Brasília e nos anos seguintes com a construção da Ponte Rio-Niterói, da Transamazônica e de outras grandes obras públicas, com a ideia do desenvolvimento para uma suposta superação do atraso, da pobreza, da barbárie.

O antropólogo Darcy Ribeiro ao pesquisar e escrever na Década de 1950 foi bastante influenciado pelas ideias do período pós-Segunda Guerra Mundial. Era então a partir desse contexto de superação da “barbárie” pela modernidade da “civilização”, que Darcy Ribeiro denunciou as violências da colonização portuguesa, do Estado brasileiro, e pensou sobre os índios na História do nosso país.

São bastante conhecidas as concepções de genocídio e etnocídio sobre a história dos povos indígenas no Brasil, ou seja, as ideias do desaparecimento e o extermínio de povos e culturas indígenas, enfatizadas por Darcy Ribeiro. O autor também advogou as “etapas da integração”, para os povos indígenas existentes nas áreas mais antigas da colonização portuguesa, a exemplo do Nordeste. As categorias de índios “integrados” e de “grau de integração na sociedade nacional” foram atribuídas aos grupos indígenas que se encontravam no século XX “ilhados em meio à população nacional”, como também a ideia da aculturação e assimilação dos índios com a incorporação na chamada sociedade nacional.

Os méritos de Darcy Ribeiro decorrem de ter sido o primeiro autor que discutiu o “problema indígena” (“problema” para quem?!) de uma forma ampla, e por sua explícita posição política em denunciar as opressões sobre os índios na História do Brasil, o que tornou as ideias do antropólogo bastante conhecidas. Apesar de suas ideias superadas sobre o extermínio dos povos indígenas como “vítimas” do inevitável “progresso”, o livro *Os índios e a civilização*, com várias edições, por sua quantidade de informações e dados continua sendo uma leitura necessária e até obrigatória para uma visão global sobre os povos indígenas no Brasil.

Além de ter sido traduzido para outras línguas, adotado nos cursos de Ciências Humanas e Sociais no Brasil, formando uma geração de estudantes, foi também um livro lido por profissionais de outras áreas e pelo público em geral. As ideias desse livro a respeito dos índios em muito influenciaram a visão de outros estudiosos e o senso comum a respeito dos chamados “índios” e as suas expressões culturais, sobre o destino e o futuro dos povos indígenas no nosso país.

Durante muito tempo, portanto, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao *índio* apenas nos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios, genocídios e etnocídios provocados pelas invasões e colonização dos portugueses e

outros povos vindos da Europa a partir de 1500. E que os poucos índios sobreviventes, estavam condenados ao desaparecimento engolidos pela marcha colonizadora, pois pelo progresso e por meio da “aculturação”, os índios foram integrando-se à nossa sociedade. Em geral, essas ideias que permanecem sendo ensinadas nas escolas e mesmo nas universidades, ainda aparecem em manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil, são também veiculadas pela mídia e expressadas no senso comum das pessoas.

Contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil ao longo dos anos de mais de cinco séculos da colonização, elaboraram diferentes estratégias de resistência. Seja por meio das guerras ou dos confrontos e também pelas alianças, as acomodações e adaptações ou as simulações. Pois diante das situações criadas com a colonização continuaram afirmando suas identidades indígenas. Como também alcançaram nas últimas décadas um considerável crescimento populacional, segundo estimativas do IBGE em 2010. Questionando assim as tradicionais visões eurocêntricas, colonialistas e evolucionistas que tratavam esses povos como atrasados, vítimas impotentes em extinção, o que exigiu reformulações das teorias explicativas sobre o destino desses povos.

Foi também superada a clássica visão dos cronistas, viajantes coloniais e retomada pelos historiadores brasileiros no Século XIX, e também muito presente nos livros didáticos de História, classificando os povos indígenas entre os “Tupi” e os “Tapuia”. Essa ideia equivocada que dividia os grupos indígenas em dois blocos monolíticos e antagônicos, sendo os “Tupi” os índios aldeados mansos e os “Tapuia” chamados de bárbaros, selvagens habitantes dos sertões e por essas razões bastante perseguidos. Essas classificações que escondiam as diversidades e as dinâmicas socioculturais dos povos indígenas em todas as regiões do país.

Mesmo considerando as violências coloniais, que provocaram a significativa depopulação dos povos nativos no Brasil, onde uma população estimada em cinco milhões em 1500 é atualmente contabilizada em cerca de 900 mil indígenas, as discussões iniciadas na década de 1980 no Brasil na área da Antropologia, sobre as diferentes formas da colonização, as relações socioculturais em uma situação de contato, sobre a identidade étnica de cada povo, as visões sobre os territórios etc., como também as novas abordagens pelos estudos de História, possibilitaram repensar a ideia

atribuída aos indígenas como “povos derrotados”, passivos, subjugados, que passaram a ser vistos como sujeitos/agentes ativos no processo colonial, em contextos de dominação política/imposição sociocultural.

Os recentes estudos antropológicos, juntamente com as pesquisas históricas, buscam compreender como os diversos povos em diferentes contextos e situações sociohistóricas, elaboraram diferentes estratégias que possibilitaram a existência indígena nos mais de cinco séculos de colonização. Nesse sentido, foi ampliada a concepção do próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confronto e conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações diferenciadas em contextos de dominação e violências socioculturais: as muitas formas de resistência do cotidiano, por meio de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, a hegemonia da dominação colonial.

Uma vez questionadas as visões a respeito dos indígenas como “povos vencidos” e as ideias do “genocídio” e do “etnocídio”, enquanto total destruição física e cultural como pensou Darcy Ribeiro e outros pesquisadores, por meio das novas abordagens, vêm sendo estudadas as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas que traduziram, negociaram, adaptaram os códigos dos colonizadores para conviver no mundo colonial.

Estratégias expressas nos acordos, alianças, simulações, acomodações ou ainda as apropriações simbólicas por meio das quais os povos indígenas transformaram os ritos e expressões socioculturais dos colonizadores: reformulando-as, adaptando-as, refazendo-as, influenciando-as, reinventando-as. Processos que foi chamado por muitos autores como religiosidade popular, sincretismo, hibridismo cultural, etc., que permeiam os anos de colonização.

As pesquisas recentes na documentação de missões religiosas revelaram, por exemplo, que mesmo naqueles contextos de diversas violências explícitas, os povos indígenas simularam-se derrotados e sabotaram a dominação colonial. Estabelecendo uma “resistência invisível”, por meio da persistência de práticas religiosas ancestrais, com simulações de adesão ao Cristianismo, com práticas consideradas como idolatrias pelos missionários, deixando-os bastante irritadas ao perceberem os desvios apesar de anos da Catequese para os indígenas.

Acordos negociados entre líderes indígenas e colonizadores garantiram a influência e o poder dos primeiros sobre seus grupos, bem como barganhar junto aos colonizadores direitos e privilégios. Casos de rebeliões em aldeamentos de índios, já considerados mansos e cristãos, colocavam em questão o trabalho catequético de anos, a serviço do poder régio, que mantinha um suposto controle colonial sobre os povos indígenas. Negociações possíveis em um contexto de dominação foram feitas em diferentes situações e momentos, o que possibilitou aos povos indígenas manterem um convívio aparentemente pacífico no mundo colonial, e assim, refizeram suas vidas na história da colonização.

No conjunto desses citados estudos percebem-se algumas concepções comuns como a desconstrução de ideias e imagens cristalizadas sobre os índios vistos como vitimizados pelo processo colonial. Contrariando essa ideia nos estudos recentes os indígenas são tratados como sujeitos, agentes da/na História. As pesquisas evidenciam, portanto, o lugar e os significados dos indígenas na História. E dessa forma a História do Brasil vem sendo reinterpretada em seus processos locais/regionais a partir da presença e participação indígena.

Observando os indígenas e os processos históricos ocorridos no Nordeste, no século XIX, com maior ênfase após a Lei de terras de 1850, as câmaras municipais insistentemente solicitaram aos poderes públicos as terras dos antigos aldeamentos para patrimônio dos municípios, alegando a necessidade de expansão destes. Os vereadores legislavam em causa própria, uma vez que sendo a maioria deles invasores nas terras indígenas, com a medição e demarcação das terras dos aldeamentos, tiveram suas posses legitimadas. A partir de 1870 vários aldeamentos foram declarados oficialmente extintos no Nordeste, favorecendo os tradicionais esbulhos, legitimando-se os antigos invasores das terras indígenas.

No Nordeste, sobretudo após a Lei de Terras que determinou os registros cartoriais das propriedades e definiram as terras devolutas oficiais que poderiam ser vendidas em leilões públicos, os senhores de engenho no litoral, os fazendeiros no interior, os tradicionais invasores das terras dos antigos aldeamentos indígenas bem como as autoridades que possuíam interesses comuns, sistematicamente afirmaram que os índios estavam “confundidos com a massa da população” e por esse motivo não existiam razões para continuidade dos aldeamentos.

Com a determinação oficial para extinção dos aldeamentos e no ato de medir, demarcar e lotear com a destinação de pequenas glebas de terras para umas poucas famílias, os arrendatários e invasores tiveram suas posses legitimadas. Muitos indígenas migraram para as periferias urbanas, dispersaram-se pelas regiões vizinhas aos aldeamentos, outros passaram a trabalhar “de alugado” em suas próprias terras agora nas mãos de fazendeiros, e umas poucas famílias permaneceram nos “sítios”, pressionadas ao longo do tempo por fazendeiros. Assim, a partir das últimas décadas do século XIX, ocorreu um silêncio oficial sobre os índios no Nordeste.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de “caboclos”, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção. Como também aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais que exaltam de forma idílica a contribuição indígena nas origens e formação social de cidades do interior do Nordeste e em outras regiões do Brasil.

A imagem do caboclo aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” contadas em regiões no interior nordestino. Como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terra, vagando em busca de trabalho para sobrevivência. Escritores renomados, intelectuais e pesquisadores como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Câmara Cascudo, José Lins Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, só para citar alguns dentre os mais conhecidos, em seus escritos quando se referiram em seus escritos aos indígenas remetiam a um passado idílico e omitiram a presença indígena contemporânea no Nordeste.

Os povos indígenas no Nordeste, que retomaram suas mobilizações desde as primeiras décadas do século XX, conquistaram o reconhecimento do Estado brasileiro com a instalação de postos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios/SPI, ainda que a atuação deste órgão governamental na região foi muito assistencialista e não tenha garantido as terras reivindicadas pelos indígenas. Os povos indígenas questionam, portanto, as reflexões sedimentadas na ideia do desaparecimento indígena na região e se constituem em um desafio, uma demanda para compreensão dos processos históricos

que resultam nas mobilizações sociopolíticas atuais pelas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos.

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras. Ora migrando para trabalhar na lavoura sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, ora vagando pelas estradas, como sem-terras e sem-teto vieram ocupar as periferias dos centros urbanos das capitais, das maiores cidades no interior ou próximo aos antigos aldeamentos.

Contudo, outras famílias indígenas conseguiram resistir às pressões nos seus tradicionais locais de moradias, ou às vezes em lugares das cercanias de mais difícil acesso. E por meio das relações e vínculos (casamentos, moradias em terras comuns, etc.) estabelecidos com outros grupos de marginalizados (negros, brancos pobres) pelo sistema social vigente e das relações socioculturais na sociedade onde estavam inseridas, reelaboraram a identidade étnica afirmada pelos atuais povos indígenas no Nordeste.

Com suas mobilizações os índios no Nordeste e em outras regiões do Brasil com maior tempo de colonização vêm ocupando cada vez mais o cenário sociopolítico e assim questionando as tradicionais visões e imagens que ainda advogam a inexistência, a extinção ou o gradual desaparecimento dos povos indígenas na. Durante muito tempo e até bem recentemente, os indígenas no Nordeste foram desconsiderados nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais em geral numa visão baseada nas concepções da aculturação ou mestiçagem, após a extinção oficial dos aldeamentos indígenas a partir de meados do século XIX.

A publicação em 1992 do livro *História dos índios no Brasil*, uma alentada coletânea organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha/USP, foi um marco na chamada “nova história indígena no Brasil” termo cunhado pelo reconhecido e precocemente falecido John Monteiro em sua Tese de Livre Docência defendida na UNICAMP em 2001.

O livro *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, organizado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (UFRJ/Museu Nacional) e publicado em 1999 (a 2ª edição em 2004), marcou decisivamente as mudanças ocorridas nos atuais estudos sobre os povos indígenas no Nordeste e para as regiões mais antigas da colonização europeia no Brasil. Em um instigante texto introdutório o organizador a partir dos conceitos situação colonial, territorialização e fluxos culturais, propôs uma etnologia sobre os chamados “índios misturados” no Nordeste, situando as discussões nos artigos que compõem a coletânea.

Esse livro é então uma importante coletânea com textos que problematizaram os discursos sobre os processos históricos de invasões das terras dos aldeamentos, enfatizando as mobilizações indígenas contemporâneas pelas afirmações das suas identidades étnicas e reivindicações de seus territórios. Os artigos desse livro são reflexões a partir de estudos acadêmicos para o mestrado e doutorado, na sua maioria orientados pelo organizador, e resultaram na feliz conjugação de abordagens baseadas em pesquisas antropológicas, sociológicas, históricas como também as que dialogam com outras áreas do conhecimento a exemplos as discussões dos estudos linguísticos.

No conjunto desses estudos citados percebem-se algumas concepções comuns como a desconstrução de ideias e imagens sedimentadas sobre os índios vistos como vitimizados pelo processo colonial; contraria essa perspectiva nos estudos referidos os indígenas são tratados como sujeitos agentes da/na História. Os estudos evidenciam, portanto, o lugar e os significados dos indígenas na História. E dessa forma a História do Brasil é reinterpretada em seus processos locais/regionais a partir da presença e participação indígena.

Nesse sentido, no texto “Armas e armadilhas: história e resistência dos índios”, publicado em 1999, o reconhecido historiador e pesquisador sobre os índios na História John Monteiro afirmou: “Importa recuperar o sujeito histórico que agia (age) de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam” (p. 248).

Não se trata, portanto, de pensarmos sobre a oposição índios e civilização ou a civilização dos índios, uma vez que na sua formulação o conceito de civilização foi e é originalmente excludente, pois os civilizados pressupõem a existência dos

“incivilizados”. Porém, o que se faz necessário é compreendermos os diversos processos históricos e as diferentes leituras em seus conceitos, concepções e como tratam do lugar dos índios na História.

As pesquisas, reflexões e questionamentos nos estudos sobre os indígenas a partir das novas abordagens, além de contribuírem para as mobilizações sociopolíticas dos povos indígenas na conquista, reconhecimento e garantias de direitos, vem também contribuindo para a elaboração de subsídios para atender as exigências da Lei 11.645/2008, que determinou a inclusão no currículo das escolas públicas e privadas no nível da Educação Básica o ensino da História e Culturas dos índios. Essa determinação legal para o caso do Nordeste é de fundamental importância, uma vez que até bem recentemente se tinha cristalizado a ideia da inexistência de povos indígenas na Região e superando equívocos, desinformações e preconceitos sobre os povos indígenas no Brasil.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FVG/FAPERJ, 2013.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e de indigenismo*. Campinas/SP, UNICAMP, 2001. (Tese de Livre-Docência).

\_\_\_\_\_. Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny.

(Orgs.). ***Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade.***

**Fortaleza:** Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 135-142.

\_\_\_\_\_. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In, NOVAES, Adauto. (Org.). ***A outra margem do Ocidente.*** São Paulo, Cia. das Letras, 1999, p. 237-249.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). ***A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.*** João Pacheco de Oliveira (Org.) Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. ***A presença indígena na formação do Brasil.*** Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). ***A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.*** 2ª ed. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, João P. de. Darcy Ribeiro: os índios e a civilização. In, MOTA, D. Leonardo. (Org.). ***Introdução ao Brasil: um banquete no trópico.*** São Paulo, SENAC, 2001, v. 2, p.405-422.

POMPA, Maria Cristina. ***Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial.*** Bauru/SP, EDUSC, 2003.

RIBEIRO, Darcy. ***Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.*** 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982. (a primeira edição brasileira é de 1970).

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. ***A temática indígena na escola: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008.*** Recife, EDUFPE, 2014.

SILVA, Edson. Os índios no Nordeste e as pesquisas históricas: as influências do pensamento de John Monteiro. In: ***Revista Fronteiras & debates,*** Macapá/AP, 2014 (no prelo).

SILVA, Edson. ***Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988.*** Recife, EDUFPE, 2014.

## Notas



\* Doutor em História Social. Professor de História no Centro de Educação/Col. de Aplicação-UFPE/Campi Recife. Leciona no Programa de Pós-Graduação em História/UFPE, no PPGH/UFCG (Campina Grande/PB) e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Câmpus Caruaru, destinado à formação de professores/as indígenas em Pernambuco. E-mail: [edson.edsilva@gmail.com](mailto:edson.edsilva@gmail.com)

